

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

SILMAR JOÃO RITTER

**IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E
QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DE PEQUENO
PORTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE SANTA ROSA – RS**

Porto Alegre

2019

SILMAR JOÃO RITTER

**IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E
QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DE PEQUENO
PORTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE SANTA ROSA – RS**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Saúde Pública – Faculdade de Medicina - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Bordin

Porto Alegre

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

SILMAR JOÃO RITTER

**IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E
QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DE PEQUENO
PORTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE SANTA ROSA – RS**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Saúde Pública –
Faculdade de Medicina - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito
parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Bordin – UFRGS (Orientador)

AGRADECIMENTOS

A esta Universidade, seu corpo docente e direção. Ao meu orientador, Ronaldo Bordin, pelo suporte, correções e incentivo, sem os quais não estaria terminando o curso. A Ismael Felipe Horbach da FAMURS e Roseli, Secretaria Executiva da Associação dos Municípios do Grande Santa Rosa. Aos meus familiares pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Aos amigos e colegas pelo companheirismo.

RESUMO

Vários pequenos e micro empreendimentos agroindustriais, tanto rurais quanto urbanos, necessitam vender seus produtos ao mercado consumidor, necessitando registrar e certificar seus produtos, ajustando-os às exigências sanitárias, preservando costumes e conhecimentos tradicionais, receitas caseiras, dentro das boas práticas de higiene e produção, garantindo alimentos seguros e de qualidade, que são vendidos em feiras, pequenos estabelecimentos comerciais, tanto rurais quanto urbanos, tendo no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) um parceiro próximo. O objetivo foi identificar a associação entre a variação do número de agroindústrias de pequeno porte, micro indústrias, rurais e urbanas, a partir da implementação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) nos municípios que compõem a região da Grande Santa Rosa e sua influência sobre o IDH-M e PIB *per capita*, nos anos de 2000 e 2010. Os dados tiveram busca realizada no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, nos itens IDH-M e PIB *per capita*. Quanto ao período de implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), os dados foram obtidos na Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). O número de agroindústrias nos diversos municípios que compõem a Região da Grande Santa Rosa foi obtido junto à Secretaria Executiva da Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa. O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) foi um propulsor no aumento do número de agroindústrias de pequeno porte, melhorando a renda e as condições de vida, promovendo desenvolvimento local, com clara associação no IDH-M e PIB *per capita*, além de melhorar a arrecadação fiscal dos municípios.

Palavras-chave: Agroindústrias, Serviço de Inspeção Municipal, Agricultura Familiar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONTEXTO DO ESTUDO.....	10
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
4 ANÁLISE DE DADOS.....	19
4.1 REGRESSÃO LINEAR	20
4.2 DESCRITIVAS	23
4.3 CORRELAÇÃO	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	32
ANEXO 1. TABELA COM O NÚMERO DE AGROINDÚSTRIAS, PEQUENAS, MICRO INDÚSTRIAS, RURAIS E URBANAS	34

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a ausência de políticas públicas, para a comercialização da produção agrícola familiar, gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, sendo seus produtos entregues para intermediários, que adquiriam suas colheitas por preços muito baixos.

Como forma de valorização dos produtos e da própria agricultura familiar, nos últimos anos, o poder público passou a certificar e adquirir alimentos de modo direto do pequeno produtor familiar, através de programas como O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os regramentos destes programas são definidos por um grupo gestor colegiado, de caráter deliberativo, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação (a partir de 01 Janeiro de 2019, com a posse do novo governo 2019-2022, foram extintos ou agrupados em outra formatação por alterações administrativas implementadas pelo novo governo), que normatiza por meio de Resoluções seu funcionamento, buscando promover acesso à alimentação de setores fragilizados e incentivar a agricultura familiar.

A certificação obrigatória e fundamental, para garantir a boa qualidade dos alimentos, é oferecida por um serviço público de esfera municipal chamado Serviço de Inspeção Municipal (SIM), habilitando o produtor familiar a fornecer diretamente alimentos aos diversos programas públicos de compra de alimentos, com dispensa de licitação e destinados a merenda escolar, a órgãos do serviço público, a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

É de suma importância a certificação que possibilita a comercialização pois os beneficiários fornecedores são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas rurais, que devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Especial Pessoa Jurídica, para as associações ou organizações de agricultores. A DAP melhora a garantia de comercialização dos produtos e altera a matriz de produção e consumo, fortalecendo a agricultura familiar e, segundo Muller (2007), o maior envolvimento de associações, cooperativas e organizações não governamentais, trouxe resultados mais efetivos aos programas.

A produção para autoconsumo contribui para a segurança alimentar das famílias, porém de forma complementar, pois não supre todas as necessidades básicas, sendo necessárias outras formas de obtenção de renda para aquisição de outros alimentos e bens de consumo. Neste contexto, os programas de aquisição de seus produtos é uma alternativa real e qualitativa para superar estas dificuldades, apesar dos muitos entraves e dificuldades do poder público municipal em oferecer os serviços de inspeção, sem os quais a comercialização fica impossibilitada.

A institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010) foi um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras dos últimos anos. Foi em torno do tema *fome*, da possibilidade concreta e da urgência ética de superação deste grave e vergonhoso problema que o Brasil começou a desenhar os seus mais importantes programas de combate à pobreza. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA – extinto em 01 de janeiro de 2019 pelo Presidente Jair Bolsonaro, através da Medida Provisória 870) foi fundamental para que o país pudesse gestar proposições inovadoras na solução do problema. Por meio do compromisso do Estado brasileiro com a universalização de políticas públicas de combate à pobreza e garantias de acesso à alimentação, houve melhora expressiva nas condições sociais da população, com geração de impactos positivos na segurança alimentar e nutricional no país, integrando dezenas de ações do conjunto de órgãos voltados para a produção e fortalecimento da agricultura familiar.

A agricultura familiar cumpre papel decisivo na produção de alimentos para o mercado interno, dominando setores como a produção de mandioca, feijão fradinho, leite de cabra, suínos, leite de vaca, café conilon e robusta, feijão de cor, aves, além de forte relevância na produção de milho, arroz, café arábica e bovinos. Ela corresponde a mais de 80% do total de estabelecimentos agropecuários, ocupa 25% da área total e absorve 75% da mão de obra ocupada na agropecuária. (MAPA, 2014). A ampliação de práticas agroecológicas e orgânicas na agricultura brasileira tem como base a agricultura familiar, que se torna ainda mais estratégica dado o seu papel no abastecimento interno de alimentos, mesmo em períodos de crise global.

Outro significativo avanço envolve as diversas iniciativas empreendidas no sentido de articular gastos públicos com alimentação, geradoras de desenvolvimento local.

A legislação que regulamenta os serviços de inspeção é complexa e passa por constante processo de ajustes feitos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – (MAPA), tendo como base o conjunto de leis, decretos, resoluções, portarias e outros instrumentos legais

que regulamentam o tema, da legislação sanitária de produtos de origem animal e vegetal, na esfera municipal, objeto deste estudo. Os produtos dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) só podem ser comercializados dentro da área geográfica onde o município estiver inserido.

Para os municípios, a descentralização do serviço fortalece a economia municipal, abrindo espaço para a integração entre eles, incentivando o desenvolvimento local, promovendo implantação de unidades de agroindústrias, aumentando o volume de circulação de dinheiro no comércio local, aumentando, por conseguinte, a arrecadação de tributos municipais.

O Serviço Inspeção Municipal (SIM) segue o espírito da CF 1988, que determinou a descentralização dos serviços públicos. Contudo, em 2014, conforme a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), apenas 30% dos municípios brasileiros constituíram ou implementaram o SIM. Os principais entraves para aumento deste percentual são as dificuldades financeiras dos municípios, a falta de implantação de um Sistema Integrado de Inspeção Sanitária, a falta de informações e orientações sobre o tema, não disponibilização de recursos federais para apoiar a constituição do SIM ou desinteresse por parte dos gestores municipais. (CNM, 2014).

Ligado à Secretaria ou Departamento de Agricultura de cada município, o SIM é responsável pela implementação e sua execução, suprimindo a necessidade de inspeção e fiscalização sanitária mediante emissão de registros e liberação sanitária, no princípio da preservação da saúde humana e do meio ambiente, com foco na qualidade dos produtos finais.

A questão central deste estudo é identificar os avanços ocorridos a partir da implantação do Serviço de Inspeção Municipal no implemento de estabelecimentos agroindustriais rurais, de associações que fornecem seus produtos de modo direto às esferas públicas através de Programas de aquisição direta de alimentos, além de consumidores em geral.

2 CONTEXTO DO ESTUDO

Desde a antiguidade, os diversos povos adotavam regras para as relações com o ambiente, modos de alimentação e subsistência, havendo achados arqueológicos que demonstram a habilidade humana para o preparo de drogas, chegando alguns povos, como os indianos, séculos antes de Cristo, a ter uma normatização que proibia a adulteração de alimentos, medicamentos e perfumes.

As estratégias para aumentar a estabilidade dos produtos alimentícios e sua durabilidade incluíram a aplicação de diversos métodos de conservação, objetivando evitar alterações indesejáveis, sejam elas de origem microbiana, enzimática, física ou química. Além dos procedimentos naturais de conservação, como o calor do sol, o frio do inverno, do próprio gelo e da fumaça do fogão, a tecnologia de alimentos herdou do passado determinados processos físico-químicos ou biológicos, tais como secagem, salga, cristalização, fermentação, que permitem aumentar a vida útil dos produtos alimentícios em dias, meses ou anos.

Na realidade, a maioria dos alimentos é conservada pela utilização de métodos mistos, porém, na prática, costuma-se citar apenas o mais importante dentre os que foram empregados. (EVANGELISTA, 2000). Como regra geral, os melhores processos são aqueles que, garantindo um satisfatório prazo de validade, alteram o menos possível as características naturais dos alimentos.

No Brasil, com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 e a intensificação do fluxo de embarcações, comércio e passageiros, iniciou-se a preocupação com as condições sanitárias. Em 1810, o Regimento da Provedoria normatizava o controle sanitário dos portos, instituindo a quarentena, controle dos alimentos, inspeção de abatedouros, medicamentos, expressando uma nova relação entre a medicina e o Estado, passando a saúde a ser problema social.

Entre os séculos XVIII e XIX, a atividade sanitária foi estruturada objetivando evitar a propagação de doenças nos agrupamentos urbanos, fiscalizando embarcações e, sobretudo, fiscalizar as áreas e produtos de comércio de alimentos. Proclamada a República, criam-se administrações sanitárias estaduais e órgãos de vigilância sanitária. O surgimento dos problemas de ordem infectocontagiosas, que comprometiam a saúde pública, levaram a criação e implantação do Regulamento dos Serviços Sanitários da União, elaboração do Código

Sanitário e do Juízo dos Feitos de Saúde Pública, responsável pelo julgamento de crimes contra a higiene e saúde públicas.

O Regulamento Sanitário Federal, via Decreto n. 16300 de 1923, incorporou a expressão Vigilância Sanitária como controle sanitário e órgão responsável pelo licenciamento e fiscalização de estabelecimentos comerciais e industriais, controles de logradouros públicos, defesa sanitária marítima e fluvial.

A partir de 1960, a agroindústria de alimentos recebeu influência do *Codex Alimentarius Internacional*, que reúne normas de controle sanitário sobre numerosos riscos à saúde, relacionados ao consumo de alimentos, visando facilitar o comércio internacional em condições sanitárias adequadas.

A melhor definição para as normas sanitárias atuais é:

Conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e de prestação de serviços relacionados à saúde, bens de consumo que se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo (BRASIL, 1990, Art. 4º).

Em meados do século XX, com a crise do modelo agroexportador, há o direcionamento da vigilância das condições sanitárias para os produtos, alimentos e até medicamentos, previstas pela Lei n. 9677, de 02 de julho de 1988, considerando crimes hediondos os crimes contra a saúde pública, tais como fabricar, vender, expor à venda, importar, armazenar em depósito para vender, distribuir ou entregar qualquer substância alimentícia ou produto falsificado, corrompido ou adulterado, para fins de consumo humano.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) foi criada pela Lei n. 9782 de 26 de janeiro de 1999, com a finalidade de promover a proteção da saúde da população, por meio do controle sanitário da produção e comercialização dos produtos, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias, podendo delegar aos Estados e Municípios a execução de atribuições que lhe sejam próprias, abrindo espaço para criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) veio facilitar as condições dos produtores em se enquadrar no fornecimento de produtos e alimentos com segurança alimentar, vindo preencher uma lacuna histórica de ausência de políticas públicas, que garantam a comercialização da produção da agricultura familiar, evitando que seus produtos sejam

entregues a intermediários a preços muito baixos, causando desestímulo e abandono da atividade rural.

O poder público passou a certificar e adquirir alimentos de modo direto do pequeno produtor familiar via programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), causando incremento na aquisição de alimentos diretamente do produtor familiar, buscando promover acesso à alimentação por parte de setores fragilizados, em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

A certificação obrigatória que possibilita a comercialização é de suma importância, pois, além de garantir a boa qualidade dos alimentos, tem entre seus beneficiários fornecedores, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas rurais, melhorando a comercialização de produtos e alterando a matriz de produção e consumo, fortalecendo a agricultura familiar, e, segundo Muller (2007), garantindo maior envolvimento de associações, cooperativas e organizações não governamentais, trazendo resultados mais efetivos aos programas.

A legislação que regulamenta os serviços de inspeção é complexa e passa por constante processo de ajustes, tendo como base um conjunto de leis, decretos, resoluções, portarias e outros instrumentos legais que regulamentam a legislação sanitária via Serviço de Inspeção Municipal, de produtos comercializados dentro do espaço geográfico do município.

Para os municípios, a descentralização fortalece a economia local, pois promove a implantação de unidades de agroindústrias, aumentando o volume de circulação de dinheiro no comércio local, aumentando por consequência a arrecadação de tributos municipais. O Serviço de Inspeção Municipal segue o espírito da CF 1988, que determinou a descentralização dos serviços públicos em geral. No entanto, somente 30% dos municípios criaram e implantaram o serviço, havendo entraves de ordem financeira, falta de informações e ainda há o desinteresse por parte dos gestores municipais, apesar da agricultura familiar cumprir papel decisivo na produção de alimentos e aos poucos ter participação social nos processos de discussão, elaboração, deliberação das políticas e ações governamentais. Reconhecendo os agricultores familiares como protagonistas de políticas públicas, fortalece as próprias pequenas cidades interioranas, que dependem sobremaneira do bom desempenho da agricultura familiar.

A certificação na agricultura familiar surgiu da necessidade de se identificar a procedência e o processamento dos alimentos, tanto *in natura* quanto processados, permitindo ao agricultor um produto diferenciado e mais valorizado, estabelecendo uma relação de confiança e de solidariedade com o consumidor. Pode ter um caráter de produção, como sendo orgânica, ecológica e biodinâmica; de origem, ou seja, relacionada ao caráter de produção, processamento e comercialização, como sendo familiar, artesanal ou solidária; de indicação geográfica, usando o nome da região que serve para designar determinado produto ou alimento, como queijo serrano, cachaça de minas, vinho da serra gaúcha, etc.

Certificação e a qualidade dos alimentos está relacionada com a crescente preocupação da população em levar uma vida mais saudável e longa, associando alimento com longevidade e qualidade de vida, criando um nicho de mercado com potencial de crescimento elevado, pois cada vez mais é valorizada pelos agentes de mercado e pelos consumidores, tornando-se assim uma ferramenta fundamental para a facilitação da comercialização, cabendo ao Estado apoio à agricultura familiar, dando suporte ao processo de implementação de agroindústrias familiares, bem como criação de mecanismos de assistência técnica específica, orientando e realizando análises rotineiras, garantindo a qualidade dos produtos, com selos específicos. A criação de políticas visando integrar os diversos órgãos governamentais e a sociedade civil, garantirá à população brasileira e aos produtores familiares uma relação de vantagens mútuas.

De acordo com Minayo e Gualhano (2015), a qualidade de produção e consumo de alimentos será um dos maiores desafios da saúde pública contemporânea, enfatizando a importância da produção de alimentos, desde o plantio ao preparo, problematizando sobre a qualidade nutricional, situando grupos específicos como crianças, escolares, indígenas. Considera que, atualmente, a má nutrição afeta pelo menos a metade da população global, observando que estas populações afetadas estão mais suscetíveis a doenças. Segundo a autora, a subnutrição e nutrição em excesso coexistem dentro de uma mesma comunidade, comprometendo o desenvolvimento infantil, tanto em países ricos quanto em países pobres. A anemia e subnutrição infantil e materna são responsáveis por quase a metade dos óbitos de crianças, exigindo uma abordagem multisetorial, priorizando assegurar o crescimento saudável de bebês e crianças, melhorando a alimentação pós-parto, incluindo neste esforço educadores, agricultores, fabricantes de alimentos e responsáveis pelo tratamento de água, melhorando o quadro de possibilidades de alimento saudável a ser ingerido.

No Brasil, o processo de descentralização na formulação e execução das políticas públicas, iniciado na década de 1990, como estratégia de redução da intervenção do Estado nos

diferentes setores, ascendendo a sociedade civil, criou mecanismos de governança partidária. Fato que foi mantido e ampliado com a retomada de capacidade do Estado, como potencializador das ações (ALMEIDA; CARNEIRO, 2003).

Almeida e Carneiro (2003) abordam a política local, após o processo de descentralização ocorrido no Brasil. A federação brasileira mantém um sistema amplamente descentralizado, apesar das atribuições ainda não terem sido transferidas aos municípios, pois é no âmbito municipal que ocorrem a participação popular e as inovações governamentais, além de ser o espaço no qual é exercida a gestão pública. Durante muito tempo o município foi visto como o espaço e local de poder oligárquico e patrimonialista, além de clientelista, onde os projetos democráticos eram frustrados. O município foi descrito por muitos autores como projeção do poder privado de domínio rural (coronelismo), com voto de cabresto que tornava o eleitorado rural subordinado ao proprietário de terras.

Com a Constituição Federal de 1988 e a transformação do município em ente federativo, o município passou por um processo de valorização, com autonomia política plena, valorizando a transição do autoritarismo para a democracia, aproximando o povo do governo, criando novas lideranças com novas habilidades políticas e interesses, além de profundos conhecedores das realidades locais, facilitando a implementação de políticas públicas, especialmente na área social.

Segundo Grisa (2011), os programas de aquisição de alimentos do governo, como o PAA e o PNAE, só são possíveis pela atuação de instâncias locais de certificação, como o Serviço de Inspeção Municipal. Estes apresentam a promoção de um capital social que permite a interação entre os atores de diversas esferas (Estado, Sociedade Civil e Mercado), atuando em distintas escalas (local, municipal, regional e nacional) onde muitas modalidades dos programas exigem organização social dos agricultores, na execução dos programas, mobilizando um grande conjunto de atores. Cada uma das esferas e escalas tem sua lógica própria e influencia de modo particular a distribuição, o controle e a transformação dos recursos necessários às famílias dos pequenos agricultores familiares. Acessar e interagir com essas diferentes esferas e escalas é de extrema relevância para a agricultura familiar, obrigando muitas vezes formar associações cooperativas e envolver outras instituições, para aumentar o conhecimento sobre gestão administrativa e mercados, fortalecendo o capital social, além de conceder-lhes maior reconhecimento político, econômico e social, permitindo o acesso a outros recursos fundamentais.

A participação dos atores sociais locais e instituições locais, mostram-se fundamentais para manter o pequeno produtor no campo, evitando aglomerar-se ao redor dos grandes núcleos urbanos, aumentando o número de desempregados e subempregados, já que a maioria dos pequenos agricultores é de baixa escolaridade e sem outra qualificação profissional, que não seja a de agricultor, exigindo por isso mecanismos que facilitem o acesso aos mercados, gerando renda e qualidade de vida. O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é um desses mecanismos, pois além de estar próximo do produtor, por ser municipal, abre portas para a venda direta de seus produtos ao consumidor final, às empresas que vendem alimentos, como mercearias e supermercados, aos programas públicos de compra de alimentos que se constituem como geradores de renda e melhoria de vida no campo.

A política pública de segurança alimentar e nutricional é um dos maiores e mais abrangentes programas de alimentação escolar do mundo, com um orçamento em 2012 de R\$ 3,3 bilhões, beneficiando mais de 45 milhões de estudantes. (MINAYO; GUALHANO, 2015). A Lei n. 11.947/2009, que dispõe sobre as novas diretrizes para a alimentação escolar estendeu o programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos e exigiu que no mínimo 30% do total dos recursos públicos, repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para execução do PNAE, seja investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, valorizando sobremaneira a inspeção e fiscalização sanitária local.

Estão sujeitos à fiscalização no SIM todos os estabelecimentos que abatem animais, produzam matéria-prima, manipulem, beneficiem, preparem, embalem, transformem, envasem, acondicionem, depositem e industrializem a carne, o leite e seus subprodutos derivados, mel e seus derivados, pescado e afins, ovos e outros produtos de origem animal. Ficam igualmente sujeitos à inspeção e registro no SIM, os estabelecimentos que processam alimentos vegetais, transformando-os, embalando-os e identificando-os.

O certificado será expedido após o atendimento das normas sanitárias vigentes e isenta os produtos de qualquer outro registro sanitário estadual ou federal, desde que os produtos sejam comercializados no próprio município. Também os estabelecimentos que processem alimentos deverão atender às exigências técnico-sanitárias fixadas pelo SIM – Serviço de Inspeção Municipal, com licença ambiental, expedida pelo órgão ambiental competente, além de laudo de exame físico, químico e bacteriológico da água que abastece o local, salvo quando for fornecida pela rede pública de abastecimento.

O Serviço de Inspeção Municipal para produtos de origem animal e vegetal será composto por médicos veterinários (coordenação), engenheiros agrônomos e agentes de inspeção, competindo a eles aplicação das penalidades, além da promoção de estreita cooperação com os órgãos congêneres, no sentido de obter o máximo de eficiência e praticidade na inspeção industrial e sanitária.

As análises são feitas em laboratório particular, pagas pelos produtores, mas no dia da coleta da amostra o fiscal acompanha o processo e participa do lacre da respectiva amostra.

As vistorias e fiscalização acontecem quando há denúncia, de modo rotineiro, em função de pedido de alvarás e selos, ou ainda quando o produtor vem solicitá-la para licenciamento de sua propriedade.

Tem importância neste estudo a delimitação desta região, suas semelhanças e proximidade, pela relativa homogeneidade na estrutura agrária existente, com a colonização majoritariamente feita por imigrantes europeus e seus descendentes, pelas características geográficas e ambientais, pela utilização de mão de obra e dos meios de produção, na prevalência de pequenas propriedades familiares, buscando agregar valor aos seus produtos; matérias-primas, além de empregos próximos aos filhos dos produtores sem condições de adquirir terras, para os manter no meio rural.

As cidades menores, desde o ponto de vista da atividade econômica, não podem mais ser identificadas apenas com atividades industriais, nem a zona rural com a agricultura e a pecuária, há cada vez mais intercâmbio entre a cidade e o campo. O meio rural sempre foi definido como agricultura, identificando o espaço rural como mero produtor de matérias-primas, mas as atividades não agrícolas estão construindo uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável para o meio rural, incluindo cada vez mais atividades tipicamente urbanas, valorizando o meio natural como valor a ser preservado, com práticas produtivas voltadas à exploração sustentável e vínculo com a natureza, além da geração de inclusão social, lutando bravamente para sair da informalidade.

O ambiente competitivo enfrentado hoje pelas empresas agroindustriais (incluindo neste conceito o Sistema de Agroalimentos, Agroindustrial de Alimentos e Complexo Agroindustrial de Alimentos) exige delas padrão gerencial e operacional, com conceito de fundamental qualidade, com redução de custos e incremento de produtividade, na luta pela manutenção e busca de novos clientes. A medida em que a renda e os níveis educacionais têm melhora, cresce a demanda por produtos *in natura*, produtos com processamento mínimo, livres de agrotóxicos

ou outras contaminações, produtos conservados através de processos não químicos, com baixo teor calórico, colesterol e de sódio, valorizando tecnologias artesanais de produção, oferecendo alternativas à agricultura familiar, que hoje disputa mercado, na produção de *commodities*, que oferece pouca sustentação ao pequeno produtor familiar, grande maioria na Região da Grande Santa Rosa, num ambiente de economia globalizada e aberta à competição dos produtores de classe mundial.

O IDHM agrupa os municípios em diversas faixas, nas quais de 0 a 0,499 é considerado “Muito Baixo”, de 0,500 a 0,599 “Baixo”, de 0,600 a 0,699 “Médio”, de 0,700 a 0,799 “Alto” e de 0,800 a 0,899 “Muito Alto”.

O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano, dentro de determinada fronteira. Já o PIB *per capita* considera a renda municipal por indivíduo residente em determinado município, expresso em reais, medindo a capacidade de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município, na garantia de um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise dos dados definiu a variável “empresas agroindustriais” como as agroindustriais de alimentos e complexo agroindustrial de alimentos (utilizadas como sinônimos), de porte pequeno ou micro indústrias, urbanas ou rurais, na utilização de produtos agrícolas, de produção animal, de produção vegetal, de produção florestal, incluindo atividade extrativista, nos diversos níveis de processamento e transformação de matérias-primas, integração com os diversos segmentos consumidores, além de bens e serviços que permeiam as suas diversas dimensões, dentro da realidade local dos municípios que compõem a Região da Grande Santa Rosa, composta por 20 municípios.

Para análise dos dados, foi empregada a ferramenta de análise estatística IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Foi realizada análise de regressão tendo como variável dependente “agroindústrias pequenas, micro indústrias rurais e urbanas”, variável independente “tempo do SIM” e variáveis de controle “PIB *per capita*” e IDH-M, mas em nenhum dos modelos se obteve variáveis significativas. Como consequência, o objetivo foi alterado de estudo de “impacto” para “associação”, utilizando metodologia de correlação.

Por empregar dados secundários, de acesso público (ainda que demandando solicitação), não houve necessidade de encaminhamento para comitê de ética e pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS

O projeto inicial objetivava quantificar a implantação de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte a partir da implementação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e o seu impacto no IDH-M e PIB *per capita*, nos municípios com menos de 15.000 habitantes no estado do Rio Grande do Sul (RS).

Já nos primeiros contatos com o orientador, fui alertado para a dificuldade da pesquisa, pelo grande número de municípios envolvidos e grau de complexidade para compilar os dados. Já no início da busca pelos dados ficou claro que seria inviável, pois em grande parte dos municípios não havia dados publicados e, pelo tempo curto, não teria como contatar todos de maneira oficial e confiável. A partir desta constatação, procurei escolher uma amostra numa região com poucos municípios, e que fossem homogêneos em sua estrutura agrária, colonização, características geográficas e ambientais, utilização de mão de obra e meios de produção.

Com auxílio do Departamento Técnico da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), realizei contato com a Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa, na pessoa de sua Secretária Executiva, Sra. Roseli, e consegui que ela me enviasse uma planilha, via e-mail, contendo os dados a serem preenchidos com as informações que ela dispunha. E caso não existissem dados compilados, os buscaria junto às Secretarias de Agricultura ou equivalentes nos municípios integrantes da Associação. Ficou claro, desde o início, que este não seria um processo tão simples, pois há necessidade de informações retroativas ao ano 2000, que pelo tempo transcorrido e pela grande alternância de poder nas administrações municipais se tornava complexo e de difícil levantamento. No dia 18 de junho de 2019 os dados chegaram via correio eletrônico.

No Quadro 1, encontra-se o ano de implantação do SIM, o número de agroindústrias, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e PIB *per capita* nos municípios integrantes da Região da Grande Santa Rosa, entre 2000 e 2010.

Quadro 1: Ano de implantação do SIM, número de agroindústrias, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e PIB per capita (R\$) nos municípios integrantes da Região da Grande Santa Rosa, entre 2000 e 2010.

Variáveis	Ano	Nº Agro-indústrias (2000)	Nº Agro-indústrias (2010)	IDHM (2000)	IDHM (2010)	PIB per capita (2000)	PIB per capita (2010)
-----------	-----	---------------------------	---------------------------	-------------	-------------	-----------------------	-----------------------

Alecrim	1997	4	7	0,548	0,672	3.639	8.294
Alegria	2009	0	3	0,578	0,695	3.935	10.843
Boa Vista de Buricá	1997	5	7	0,669	0,762	6.122	15.592
Campina das Missões	2001	1	7	0,607	0,738	4.388	11.193
Cândido Godói	2008	3	6	0,647	0,728	5.056	19.232
Dr. Mauricio Cardoso	1997	1	9	0,65	0,706	4.823	16.505
Horizontalina	1997	3	16	0,725	0,783	17.075	48.657
Independência	2005	3	12	0,601	0,693	5.354	15.661
Nova Candelária	2001	1	9	0,603	0,759	4.677	23.120
Novo Machado	2001	2	3	0,56	0,663	4.355	14.290
Porto Lucena	2001	1	12	0,578	0,693	3.836	9.952
Porto Mauá	2001	1	5	0,593	0,698	3.815	10.947
Porto Vera Cruz	2001	1	7	0,544	0,69	3.965	9.918
Santa Rosa	1997	22	23	0,685	0,769	7.397	21.670
Santo Cristo	1997	9	13	0,642	0,738	7.562	19.092
São José do Inhacorá	1997	3	7	0,602	0,747	4.078	17.176
Senador Salgado Filho	2001	2	5	0,59	0,693	4.984	15.328
Três de Maio	1997	2	15	0,655	0,759	6.212	17.210
Tucunduva	2002	0	9	0,661	0,747	6.740	18.436
Tuparendi	2003	4	16	0,648	0,728	5.219	16.126

Fonte: FAMURS (2018); AMGSR (2019); ATLAS Desenvolvimento Humano (2018).

4.1 REGRESSÃO LINEAR

Variável dependente: variação no número de agroindústrias pequenas, micro- indústrias, rurais e urbanas.

Método de cálculo: número de agroindústrias em 2010 – número de indústrias em 2000.

Variável independente: tempo SIM.

Método de cálculo: 2010 – ano de implantação do SIM.

Variáveis de controle: PIB *per capita* 2000, PIB *per capita* 2010, IDHM-M 2000 e IDHM-M 2010 (todas logaritmizadas).

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,370 ^a	,137	-,171	4,29000

a. Predictors: (Constant), logPIB2010, tempoSIM_nova, logIDHM2010, logIDHM2000, logPIB2000

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	40,893	5	8,179	,444	,810 ^b
	Residual	257,657	14	18,404		

Total 298,550 19

a. Dependent Variable: variacaonumagroindustrias

b. Predictors: (Constant), logPIB2010, tempoSIM_nova, logIDHM2010, logIDHM2000, logPIB2000

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized	t	Sig.
	B	Std. Error	Coefficients Beta		
(Constant)	-14,272	57,035		-,250	,806
Tempo de implantação do SIM	-,093	,298	-,086	-,311	,761
1 IDHM – 2000 (log)	1,755	30,405	,034	,058	,955
IDHM – 2010 (log)	9,533	39,823	,116	,239	,814
PIB – 2000 (log)	3,621	6,739	,325	,537	,599
PIB - 2010 (log)	-,597	5,753	-,059	-,104	,919

a. Dependent Variable: variacaonumagroindustrias

Modelo com IDH-M com poder explicativo de 17,1% (Adjusted R Square).

Modelo sem variável de controle do IDH-M.

Variável dependente: variação no número de agroindústrias pequenas, micro indústrias rurais e urbanas.

Método de cálculo: número de agroindústrias em 2010 – número de indústrias em 2000.

Variável independente: tempo SIM.

Método de cálculo: 2010 – ano de implantação do SIM.

Variáveis de controle: PIB *per capita* 2000, PIB *per capita* 2010 (todas logaritmizadas).

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,359 ^a	,129	-,034	4,03099

a. Predictors: (Constant), logPIB2010, tempoSIM_nova, logPIB2000

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	38,568	3	12,856	,791	,516 ^b
	Residual	259,982	16	16,249		
	Total	298,550	19			

a. Dependent Variable: variacaonumagroindustrias

b. Predictors: (Constant), logPIB2010, tempoSIM_nova, logPIB2000

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized	t	Sig.
		B	Std. Error	Coefficients Beta		
	(Constant)	-29,333	23,832		-1,231	,236
1	Tempo de implantação do SIM	-,069	,269	-,064	-,256	,801
	PIB – 2000 (log)	3,944	5,543	,354	,711	,487
	PIB - 2010 (log)	,244	4,920	,024	,050	,961

a. Dependent Variable: variacaonumagroindustrias

Modelo sem IDH-M com poder explicativo de 3,4 (Adjusted R Square).

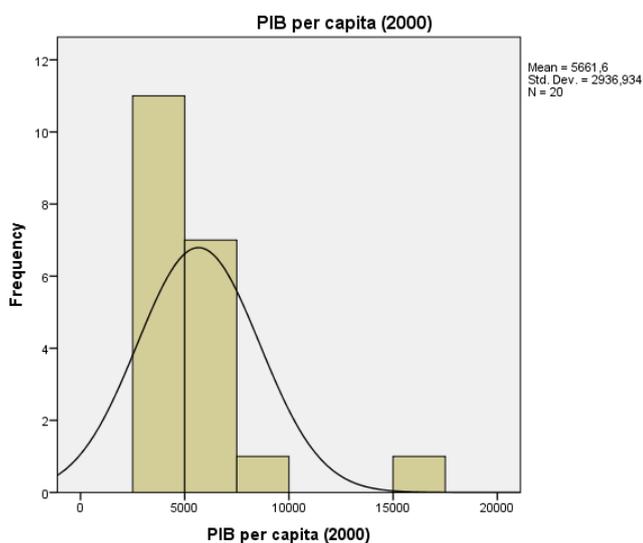
N: pequeno número de casos para realização de regressão, entretanto, realizada da mesma forma.

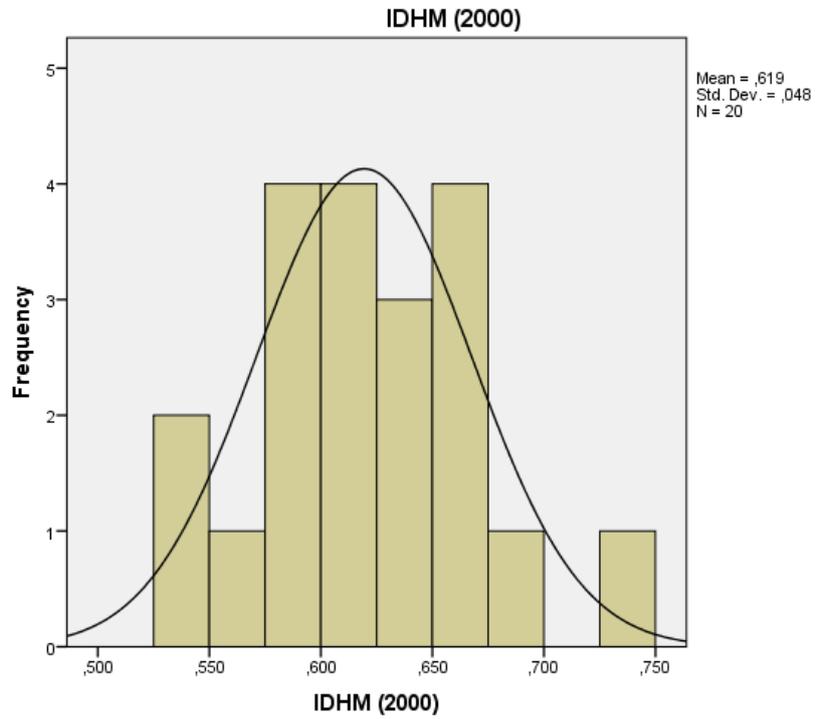
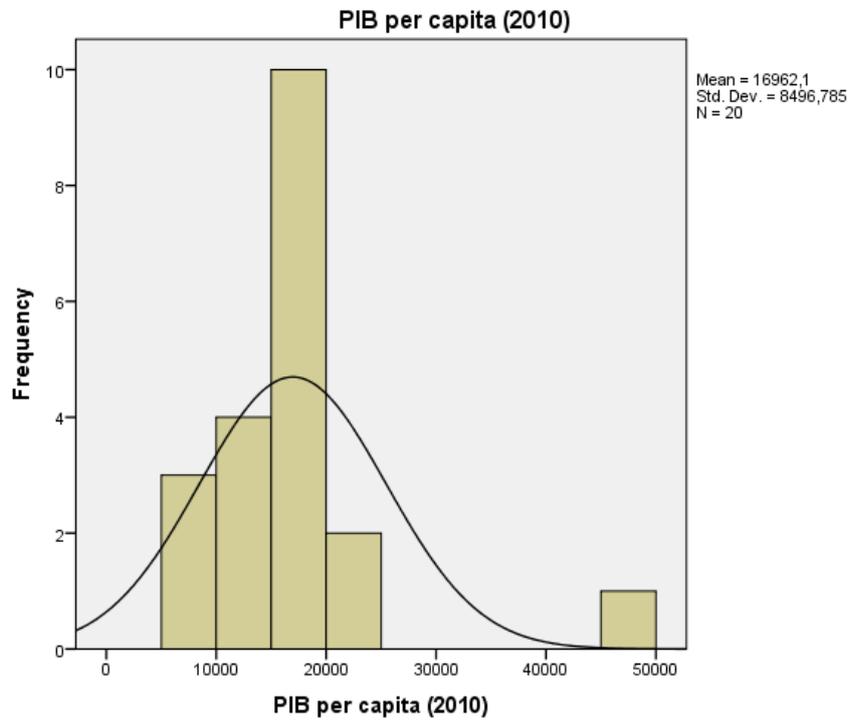
Nenhum dos modelos de regressão teve variáveis significativas, o que me leva a não poder falar de impacto, mas sim de ASSOCIAÇÃO.

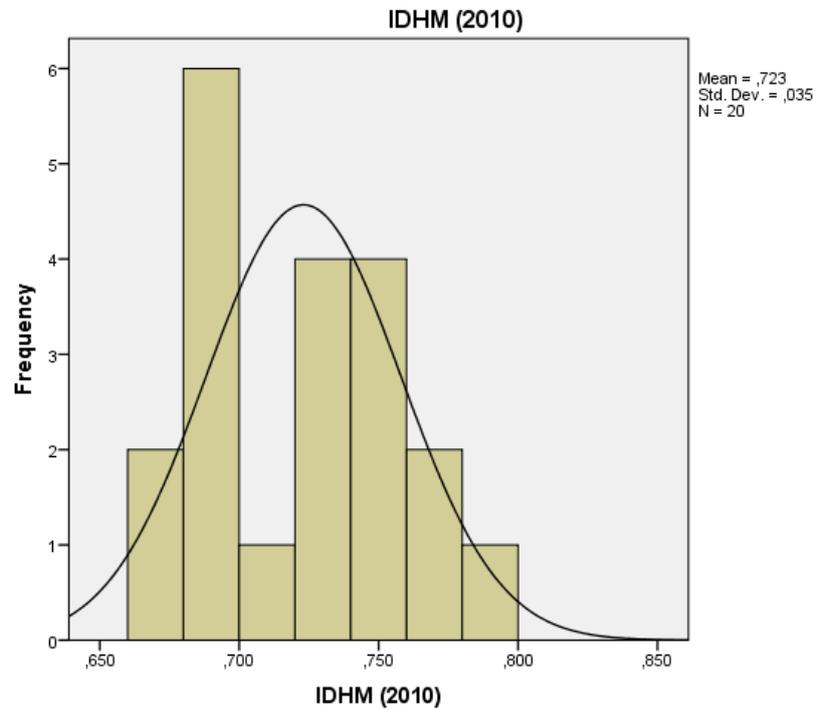
4.2 DESCRITIVAS

		Descritivas						
	Tempo de implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2000)	Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2010)	IDHM (2000)	IDHM (2010)	PIB per capita (2000)	PIB per capita (2010)	
N	Válido	20	20	20	20	20	20	
	Missing	0	0	0	0	0	0	
Média		9,50	3,40	9,55	,61930	,72305	5661,60	
Mediana		9,00	2,00	8,00	,60500	,72800	4903,50	
Desvio padrão		3,67781	4,838	5,083	,048289	,034920	2936,934	
Mínimo		1	0	3	,544	,663	3639	
Máximo		13	22	23	,725	,783	17075	

Gráfico da distribuição normal das variáveis IDH-M e do PIB *per capita* apresentaram desvio padrão menor que a metade da média, conforme demonstrado a seguir.







Com essas informações, as variáveis foram logaritmizadas para as análises futuras buscando a distribuição normal, apresentando as seguintes descritivas pós-transformação.

Descritivas

		logIDHM2000	logIDHM2010	logPIB2000	logPIB2010
N	Válido	20	20	20	20
	Missing	0	0	0	0
Média			-,3254	8,5657	9,6568
Mediana			-,3175	8,4976	9,6736
Desvio padrão			,04839	,35605	,38897
Mínimo			-,41	8,20	9,02
Máximo			-,24	9,75	10,79

4.3 CORRELAÇÃO

		Correlações							
		Tempo de implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2000)	Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2010)	IDHM (2000)	IDHM (2010)	PIB per capita (2000)	PIB per capita (2010)	
Spearman	Tempo de implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Coeficiente de correlação	1,000	,452*	,348	,325	,401	,222	,209
		Sig. (2- tailed)	.	,045	,132	,162	,080	,347	,376
		N	20	20	20	20	20	20	20
	Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2000)	Coeficiente de correlação	,452*	1,000	,404	,330	,265	,451*	,316
		Sig. (2- tailed)	,045	.	,078	,156	,260	,046	,175
		N	20	20	20	20	20	20	20
	Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2010)	Coeficiente de correlação	,348	,404	1,000	,613**	,541*	,641**	,544*
		Sig. (2- tailed)	,132	,078	.	,004	,014	,002	,013
		N	20	20	20	20	20	20	20
	IDHM (2000)	Coeficiente de correlação	,325	,330	,613**	1,000	,878**	,830**	,778**
		Sig. (2- tailed)	,162	,156	,004	.	,000	,000	,000
		N	20	20	20	20	20	20	20
	IDHM (2010)	Coeficiente de correlação	,401	,265	,541*	,878**	1,000	,680**	,776**
		Sig. (2- tailed)	,080	,260	,014	,000	.	,001	,000
		N	20	20	20	20	20	20	20
	PIB per capita (2000)	Coeficiente de correlação	,222	,451*	,641**	,830**	,680**	1,000	,788**
		Sig. (2- tailed)	,347	,046	,002	,000	,001	.	,000
		N	20	20	20	20	20	20	20
PIB per capita (2010)	Coeficiente de correlação	,209	,316	,544*	,778**	,776**	,788**	1,000	
	Sig. (2- tailed)	,376	,175	,013	,000	,000	,000	.	
	N	20	20	20	20	20	20	20	

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Utilizada correlação de Spearman por causa da distribuição anormal das variáveis IDH-M e PIB *per capita*. IDH-M e PIB são variáveis com alta correlação (maior que 0,7).

Quadro 2: Resultados significativos em testes de correlação

Resultados significativos da correlação de Spearman			
Variáveis		Valor	Significado
Tempo de implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2000)	0,452	Correlação positiva Associação entre as categorias moderada e substancial, indicando que o tempo de implantação do SIM está associado ao número de agroindústrias no ano de 2000.
Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2000)	PIB per capita (2000)	0,451	Correlação positiva Associação entre moderada e substancial, indica que o número de agroindústrias no ano de 2000 está associado ao PIB per capita do município, do mesmo ano.
Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2010)	IDHM (2000)	0,613	Correlação positiva substancial Indica que o número de agroindústrias no ano de 2010 está associado ao IDH-M, do ano de 2000.
Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2010)	IDHM (2010)	0,541	Correlação positiva substancial Indica que o número de agroindústrias no ano de 2010 está associado ao IDH-M, do mesmo ano.
Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2010)	PIB per capita (2000)	0,641	Correlação positiva substancial Indica que o número de agroindústrias no ano de 2010 está associado ao PIB per capita do município, do ano de 2000.
Nº de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas (2010)	PIB per capita (2010)	0,544	Correlação positiva substancial Indica que o número de agroindústrias no ano de 2010 está associado ao PIB per capita do município, do mesmo ano.
IDHM (2000)	IDHM (2010)	0,878	Correlação positiva muito forte Indica forte associação entre os resultados do IDH-M, nos anos de 2000 e 2010.

IDHM (2000)	PIB per capita (2000)	0,830	Correlação positiva muito forte Indica forte associação entre os resultados do IDH-M e PIB per capita, nos anos de 2000.
IDHM (2000)	PIB per capita (2010)	0,778	Correlação positiva muito forte Indica forte associação entre os resultados do IDH-M de 2000 e PIB per capita de 2010.
IDHM (2010)	PIB per capita (2000)	0,680	Correlação positiva substancial Indica forte associação entre os resultados do IDH-M de 2010 e PIB per capita de 2000.
IDHM (2010)	PIB per capita (2010)	0,776	Correlação positiva muito forte Indica forte associação entre os resultados do IDH-M e PIB per capita, do mesmo ano (2000).
PIB per capita (2000)	PIB per capita (2010)	0,788	Correlação positiva muito forte Indica forte associação entre os resultados PIB per capita, do mesmo ano (2010).

Descrição de valores de Q

Valor de Q	Descrição
+1,00	Correlação positiva perfeita
+0,70 a 0,99	Correlação positiva muito forte
+0,50 a 0,69	Correlação positiva substancial
+0,30 a 0,49	Correlação positiva
+0,10 a 0,29	Correlação positiva moderada
+0,01 a 0,09	Correlação positiva ínfima
0,00	Nenhuma correlação
-0,01 a 0,09	Correlação negativa ínfima
-0,10 a 0,29	Correlação negativa baixa
-0,30 a 0,49	Correlação negativa moderada
-0,50 a 0,69	Correlação negativa substancial
-0,70 a 0,99	Correlação negativa muito forte
-1,000	Correlação negativa perfeita

Fonte: Barros e Reis (2003)

Como verifica-se no Quadro 2 há correlação positiva entre o tempo de implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) e o número de Agroindústrias no ano 2000, nos municípios da Região do Grande Santa Rosa. A mesma correlação positiva há entre número de Agroindústrias e PIB per capita no ano 2000. Há correlação positiva substancial no número de Agroindústrias e IDHM nos anos 2000, 2010, PIB per capita 2010. Há ainda correlação muito forte entre IDHM e PIB per capita nos anos 2000 e 2010.

Pelo que verifica-se na análise acima, nota-se que a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) está associado ao aumento do número de Agroindústrias pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas, influenciando a melhoria dos índices de IDHM e aumento do PIB per capita nos municípios que integram a Região do Grande Santa Rosa.

Apesar da alta correlação entre as variáveis analisadas comprovando associação, escolhidas por possuírem maior representatividade na discussão deste estudo, pode haver inúmeras outras variáveis que tenham ligação com a variação do número de agroindústrias, micro indústrias rurais e urbanas nos municípios da Região do Grande Santa Rosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que há forte associação entre a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e o aumento no número de estabelecimentos agroindustriais, refletindo no IDH-M e PIB *per capita*. A pequena micro indústria rural ou urbana representa um instrumento de desenvolvimento dos pequenos centros urbanos, além da própria agricultura familiar, fortalecendo o espaço onde vivem, tornando o lugar melhor para se viver com mais qualidade, mantendo as pessoas e seus laços pessoais e familiares intactos. Utiliza-se nesta cadeia produtiva setores primário e secundário, mudando o próprio papel da agricultura familiar, de produzir apenas matéria prima, mas industrializando sua produção agropecuária, agregando valor, e como os processos são de baixa complexidade, envolvem um maior número de pessoas, geralmente com baixa escolaridade, que em outras ocupações não teriam espaço, aumentando a renda familiar, viabilizando que parte dos familiares continue na agricultura familiar.

A localização também favorece o baixo custo do transporte, além de possibilitar o reaproveitamento de resíduos provenientes da industrialização, reincorporando-os no processo produtivo, seja como adubo ou até em alimento para os animais.

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) através da certificação e registro dos produtos, ajusta-os às exigências sanitárias, dentro das boas práticas de higiene, garantindo alimentos seguros e de qualidade, mantendo conhecimentos e receitas tradicionais, fortalecendo a noção de “qualidade ótima”, além do contexto social, cultural, já que contribuem para um desenvolvimento mais equitativo, afetando principalmente atividades de setores tradicionalmente excluídas dos progressos do mundo moderno.

Na área governamental, deve-se destacar a assistência técnica de órgãos como a EMATER, nas várias etapas da cadeia produtiva, a compra pelos mercados institucionais, como merenda escolar, hospitais, além de crédito mais adequado e acessível. Mas principalmente a criação dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), com legislação de acordo com a realidade local, propulsionam sobremaneira o incremento de novos pequenos e micro estabelecimentos agroindustriais, tanto rurais quanto urbanos.

Uma melhor articulação entre os diversos órgãos, e programas públicos envolvidos, contribuiria para um ambiente mais favorável, tanto na consolidação quanto na implantação de pequenas e micro indústrias, que além de manter as pessoas nas pequenas cidades, melhoram a arrecadação fiscal, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento local e regional,

evitando o êxodo dos pequenos municípios para a aglomeração na periferia dos grandes núcleos urbanos, causa de muitos problemas sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; CARNEIRO, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. **Opin. Publica** [online], v. 9, n. 1, p. 124-147, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da CF 1988 aos dias atuais**. Brasília: CONSEA, 2010.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 8.090**, de 19 de setembro de 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS. TABNET: Estatísticas Vitais/ Demográficas e Econômicas/ População Residente/ Estimativas 1992/2017 no RS por município população em 2015**. Brasília: MS, 2015.

CNM. **Planilha Pesquisa SIM – CNM 2017**. Brasília: CNM, 2017.

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de Alimentos**. São Paulo: Atheneu, 2000.

FAMURS. **Planilha FAMURS SIM 2009/2015**. Porto Alegre: FAMURS, 2015.

FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/indicadores>. Vários acessos.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs>>. Vários acessos.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIBERMANN, Angelita Pinto; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar –

PNAE. **Ciênc. saúde coletiva** [online], v. 20, n. 11, p. 3533-3546, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUALHANO, Luiza. Implicações da Família e da Comunidade na Qualidade da Saúde Individual e Coletiva. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 20, n. 5, p. 1, maio 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUALHANO, Luiza. Qualidade da produção e do Consumo de Alimentos: um dos maiores desafios da saúde pública contemporânea. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 1, jul. 2015.

MULLER, A. L. A. **Construção de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Caldeira; DALLARI, Sueli Galdolfi. Vigilância sanitária, participação social e cidadania. **Saude soc.** [online], v. 20, n. 3, p. 617-624, 2011.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Vários acessos.

SEIBT, Paola. **Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar**. Erechim: Bota Amarela, 2015.

VIEIRA, L. F Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. VII, n. 1, p. 03-18, jan./mar. 1998.

ANEXO 1. TABELA COM O NÚMERO DE AGROINDÚSTRIAS, PEQUENAS, MICRO INDÚSTRIAS, RURAIS E URBANAS

Número de Agroindústrias, pequenas, micro indústrias, rurais e urbanas				
	Ano de implantação do SIM	2000	2010	2019
Alecrim		4	7	
Alegria		0	3	5
Boa Vista de Buricá		5	7	12
Campina das Missões		1	7	1
Cândido Godói		3	6	8
Dr. Mauricio Cardoso		1	9	3
Horizontalina		3	16	
Independência		3	12	5
Nova Candelária		1	9	3
Novo Machado		2	3	
Porto Lucena		1	12	2
Porto Mauá		1	5	
Porto Vera Cruz		1	7	4
Santa Rosa		22	23	
Santo Cristo		9	13	5
São José do Inhacorá		3	7	11
Senador Salgado Filho		2	5	
Três de Maio		2	15	19
Tucunduva		0	9	
Tuparendi		4	16	9

Fonte: AMGSR (2019) (Tabela enviada via e-mail pela Roseli, Secretária Executiva da AMGSR).